



231422

MODELO DE
PROVA
(VERSÃO)**A**

EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE SAÚDE E FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO

CONCURSO DE ADMISSÃO/2026
PARA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR/2027
E NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO DE CAPELÃES MILITARES/2027

002. PROVA OBJETIVA

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR

ÁREA: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Certifique-se de que a letra referente ao modelo de sua prova é igual àquela constante em sua folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições.
- Caso haja alguma divergência de informação, comunique ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Para responder às questões de **01** a **03**, leia o trecho a seguir, extraído das reflexões filosóficas do imperador Marco Aurélio (121 – 180 d.C.):

O homem deve levar em conta que, a cada dia, parte da sua vida se vai e que cada vez menos resta para ele, mas também que, **mesmo que** ele tenha uma longa vida, não se sabe se sua inteligência será como antes para lidar com seus negócios e para ter um vislumbre do conhecimento que tem como objetivo entender tanto as coisas humanas quanto as divinas. No início da decrepitude, a respiração, a alimentação, a imaginação, o impulso, entre outros atributos, não falharão. **Entretanto**, o autocontrole, o cumprimento de suas funções com exatidão, a capacidade de escrutinar que se apossa dos seus sentidos ou até de decidir quando é hora de parar, enfim, todos os poderes que exigem uma compreensão e um raciocínio bem treinados, serão nele extintos.

Deixa-o, **então**, estar ativo, não apenas porque a morte aproxima-se a cada dia, mas porque a compreensão e a inteligência com frequência nos abandonam antes de morrermos.

(Marco Aurélio, *Meditações*. Adaptado)

01. Assinale a alternativa que apresenta expressões que substituem os termos destacados no texto, com correção e sem prejuízo às relações de sentido que estabelecem nos respectivos contextos.

- (A) tal qual ... Porém ... assim
- (B) apesar de ... Portanto ... nesse momento
- (C) embora ... Todavia ... pois
- (D) contanto que ... Mas ... nesse caso
- (E) desde que ... No entanto ... por conseguinte

02. Da leitura do texto, conclui-se que o autor tece considerações acerca

- (A) da incerteza que se apossa da mente das pessoas idosas quando elas enfrentam desafios impostos a suas atividades físicas.
- (B) da perda de capacidades associadas ao entendimento e à racionalidade, mercê da chegada da idade avançada.
- (C) da aproximação da velhice como momento para rever as ações praticadas, sem a devida reflexão, na juventude.
- (D) do receio justificado de que a proximidade da morte torne o homem mais ativo, apesar de menos razoável.
- (E) do papel que o homem escolhe desempenhar na vida, deixando-se levar por impulsos que não lhe garantem longevidade.

03. Considere as passagens a seguir:

- “... para ter **um vislumbre** do conhecimento...” (1º parágrafo)
- “... a capacidade de **escrutinar** que se apossa dos seus sentidos...” (1º parágrafo)

Nos contextos em que estão empregados, os termos destacados podem ser substituídos, sem alteração do sentido original, correta e respectivamente, por:

- (A) uma visão parcial ... refletir sensatamente
- (B) uma ideia clara ... tomar decisões
- (C) um vestígio inadequado ... pensar claramente
- (D) uma noção imprecisa ... contabilizar votos
- (E) uma percepção indistinta ... examinar minuciosamente

Leia o texto a seguir para responder às questões de 04 a 08:

As dificuldades para lidar com o que o destino nos traz

Não é trivial analisar, ao menos a meus olhos míopes, a complexidade do mundo de hoje, e, menos ainda, ter claro como deveríamos lidar com o que há, e com o que o destino nos traz. Uma provocação interessante seria explorar eventuais conexões entre “fato” (aquilo que foi feito), “fado” (destino, aquilo que foi dito, postulado por alguma transcendência) e “fatalidade”, um acontecimento vivido como destino.

Quando sentimos a serenidade abalada, vem à memória o torturado solilóquio* de Hamlet: o dilema entre sofrer passivamente as flechas da fortuna**, ou postar-se contra o mar de aflições. O célebre trecho não refletiria uma opção entre coragem e covardia, mas entre duas atitudes diante da fatalidade. Hamlet sabe que “o mar” não pode ser derrotado e hesita, não porque teme agir, mas porque sabe que sua ação não resolverá o mundo. A pergunta dele talvez não seja “o que se deve escolher?”, mas “como viver com o que não escolhemos?”.

Para os estoicos, o destino não é capricho dos deuses, mas uma necessidade racional do cosmos. A ética consistiria em viver de acordo com a natureza, aceitar o que não depende de nós e agir virtuosamente no que depende. O estoico não se queixa, rejeita o ressentimento e mantém a dignidade sem ilusões; o mundo seria, no fundo, compreensível, e a serenidade, possível.

Uma terceira via, que seguiria sem rebelar-se ao fado, nem tentar sua “domesticação” via razão, seria a adotada por Nietzsche: o “amor fati”, literalmente “amor ao destino”, amor ao mundo como é, sem buscar desculpas. Em *Ecce Homo*, ele afirma: “Minha receita para a grandeza do ser humano (amor fati) é não querer nada diferente, nem para frente, nem para trás, por toda a eternidade. Não apenas suportar o necessário, ou justificá-lo, mas amá-lo”. Assumir o destino como fato, e responder por ele, sem a resignação estoica, nem a hesitação hamletiana. Não se questiona se o mundo é justo, racional ou digno; pergunta-se apenas se somos capazes de afirmá-lo. Amor fati – amar o destino – seria a recusa radical ao alibi. Não cabe dizer “tudo acontece por alguma razão”, mas sim afirmar “isto aconteceu – e eu o assumo”. Amar o destino é tratar o fado como se fato fosse, não no sentido de tê-lo causado, mas em responder por ele.

Amenizando, haveria talvez ainda outra resposta, bem menos rebuscada e muito mais conhecida, que veio de um conjunto musical nos anos 70. Ela nos tranquiliza lembrando-nos que, quando estamos em tempos de tribulação, “... a mãe Maria vem a mim e me diz, com palavras de sabedoria, ‘deixa estar’...” Let it be!

(Demi Getschko, “As dificuldades para lidar com o que o destino nos traz”, O Estado de S.Paulo. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/demi-getschko/as-dificuldades-para-lidar-com-o-que-o-destino-nos-traz/>. Adaptado)

*Solilóquio: monólogo.

**Fortuna: destino, fado.

04. Desenvolvendo o tema sinalizado no título, o autor se vale de recursos que respondem pela coerência textual, tais como

- (A) citação de pontos de vista que remetem historicamente a questões filosóficas que já estão superadas.
- (B) referências a abordagens do tema ao longo do tempo, combinando diferentes universos culturais.
- (C) apreciação crítica de ideias acerca do destino, afirmando ao leitor a importância de aderir a elas.
- (D) defesa de um ponto de vista próprio, que mostra contradições nas teorias dos filósofos citados.
- (E) argumentos que indiciam a impossibilidade de encarar o destino sem infringir princípios éticos.

05. De acordo com as considerações de Marcuschi (em *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*), esse texto apresenta elementos predominantes que o caracterizam como do tipo

- (A) injuntivo e do gênero resenha.
- (B) descritivo e do gênero notícia.
- (C) argumentativo e do gênero coluna.
- (D) narrativo e do gênero reportagem.
- (E) expositivo e do gênero didático.

06. São palavras do texto acentuadas segundo a mesma regra:

- (A) “solilóquio”, “transcendência” e “necessário”.
- (B) “resolverá”, “justificá-lo” e “memória”.
- (C) “possível”, “mantém” e “célebre”.
- (D) “míopes”, “deveríamos” e “compreensível”.
- (E) “ética”, “alibi” e “trás”.

07. Assinale a alternativa que reescreve passagem do texto de acordo com a norma-padrão de concordância verbal e de colocação dos pronomes átonos.

- (A) Em relação ao ressentimento, os estoicos sempre o rejeita; em relação à dignidade e à honra, eles mantêm-nas sem ilusões.
- (B) Possivelmente encontrariam-se ainda respostas diferentes, menos rebuscadas, que deu-nos um conjunto musical nos anos 70.
- (C) Não cabe aqui afirmações sobre a razão de um acontecimento; o que se exigem são afirmações como “isto aconteceu – assumo-o”.
- (D) Os estoicos aceitam as adversidades do destino; para eles, não se tratam de caprichos dos deuses, mas de uma fatalidade que lhes são impostas.
- (E) Jamais se questionam a justeza, a racionalidade ou a dignidade do mundo; mas pode haver em nós disposições para afirmá-lo?

08. Considere as passagens a seguir:

- “... ter claro como deveríamos **lidar com o** que há...” (1º parágrafo)
- “A ética consistiria em viver de acordo com a natureza, **aceitar o** que não depende de nós...” (3º parágrafo)
- “**Assumir o** destino como fato, e responder por ele...” (4º parágrafo)

De acordo com a norma-padrão de regência e com o sentido original do texto, as expressões destacadas podem ser substituídas, respectivamente, por:

- (A) nos ocupar do ... sujeitar-se ao ... Admitir o
- (B) pelejar contra o ... acolher o ... Retificar o
- (C) conviver no ... conformar-se no ... Consentir ao
- (D) trabalhar no ... aderir com o ... Concordar do
- (E) suportar o ... reconhecer ao ... Tomar posse do

09. Considere o mapa a seguir:



(Hervé Théry e Neli Aparecida de Mello, *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*)

As maiores extensões navegáveis do Brasil estão localizadas nas regiões hidrográficas Amazônica e

- (A) Atlântico Sul.
- (B) Conceição do Araguaia.
- (C) São Simão.
- (D) Tocantins-Araguaia.
- (E) Parnaíba.

10. Leia o texto a seguir:

Área da crosta terrestre na qual as radiações cósmicas são transformadas em energia elétrica, química, mecânica, térmica etc., todas elas consideradas eficazes para a vida. Essa camada compreende a troposfera, a litosfera e a hidrosfera, constituindo um espaço onde a vida se manifesta, se desenvolve e se reproduz. Caracteriza-se por uma infinidade de *habitats* e pela imensa variedade de organismos, distribuídos de forma desigual no planeta. Revela-se fundamental para a compreensão das paisagens, dos biomas e das relações entre sociedade e natureza.

(José Bueno Conti e Sueli Angelo Furlan, "Geoeecologia: o clima, os solos e a biota", em Jurandyr L. Sanches Ross [org.], *Geografia do Brasil*)

A que conceito o texto se refere?

- (A) Manto terrestre.
- (B) Relevo.
- (C) Atmosfera.
- (D) Biosfera.
- (E) Dobras geológicas.

11. Leia o texto a seguir:

O crescimento das áreas centrais de São Paulo representa um dos grandes desafios para os urbanistas. A cidade se transforma numa bomba-relógio, com o crescimento de populações miseráveis que hoje ocupam os logradouros públicos, instalando-se sob pontes, viadutos e marquises; que se alojam em favelas e cortiços, disputando espaços quando estes são cada vez mais valorizados e destinados a edifícios inacessíveis a essa população. Para resolver o grave problema de moradia em São Paulo e fugir das instituições financeiras, os trabalhadores sacrificaram-se para construir suas casas, fora dos padrões técnicos legais, colocando-as em condições de risco e insalubridade. Vítimas de operações encetadas por empresas imobiliárias clandestinas, surgiram vários trabalhadores que se viram sem o direito ao título de propriedade devido à grilagem dos terrenos. A presença de casas, quase sempre inacabadas, gerou na periferia urbana uma paisagem onde as construções, apesar de novas, aparecem como um cenário em ruínas.

(Francisco Capuano Scarlato, "População e urbanização brasileira", em Jurandyr L. Sanches Ross [org.], *Geografia do Brasil*. Adaptado)

O texto faz referência a um espaço que caracteriza a paisagem urbana da grande maioria do município de São Paulo e da região metropolitana.

Trata-se do espaço

- (A) de convivência.
- (B) da autoconstrução.
- (C) de rugosidades.
- (D) de gentrificação.
- (E) de enclaves fortificados.

12. Leia o texto a seguir:

O território brasileiro, devido a sua magnitude espacial, comporta um conjunto espacial de certa ordem de grandeza territorial – de centenas de milhares a milhões de quilômetros quadrados de área – onde há um esquema coerente de feições do relevo, tipos de solos, formas de vegetação e condições climático-hidrológicas. Tais feições paisagísticas e ecológicas são integradas, ocorrem em uma espécie de área principal, de certa dimensão e arranjo, em que as condições fisiográficas e biogeográficas formam um complexo relativamente homogêneo e extensivo.

(Aziz Ab'Sáber, *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. Adaptado)

O texto descreve o domínio

- (A) zooecológico e xeromórfico.
- (B) fisiográfico e (macro)regional.
- (C) morfoclimático e fitogeográfico.
- (D) interplanáltico e desnudacional.
- (E) macroecológico e de vales úmidos.

13. Considere o texto e a imagem a seguir:

Se dividirmos o hemisfério terrestre pelo critério das latitudes, é possível identificar três grandes faixas:

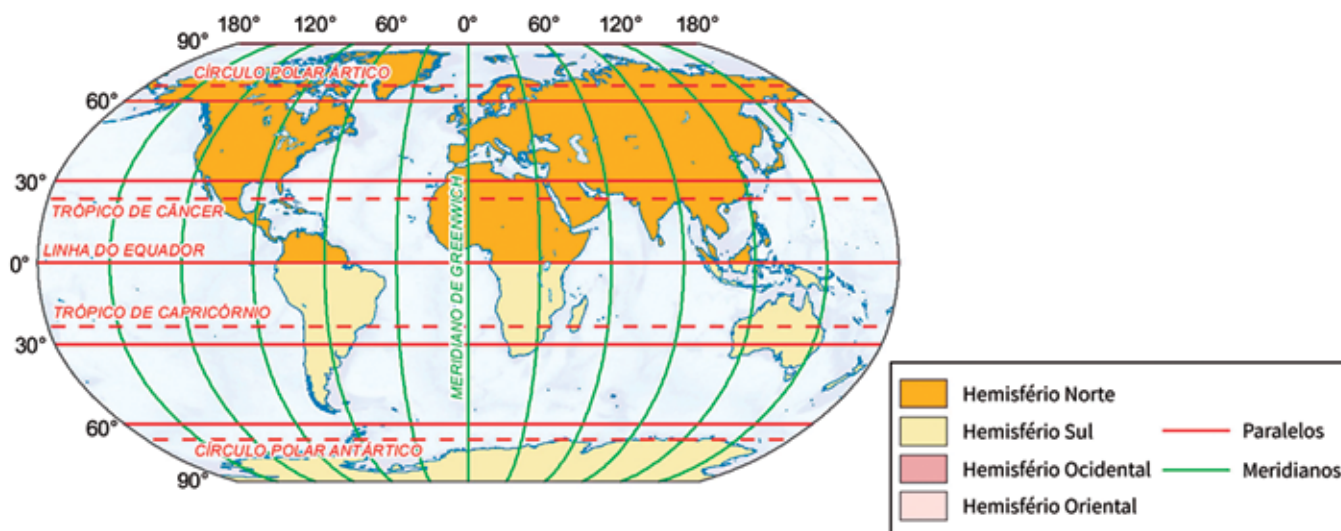
0°–30° baixas latitudes

30°–60° médias latitudes

60°–90° altas latitudes

Essa setorização é tarefa preliminar para a compreensão das zonas climáticas do planeta Terra. Cada uma dessas faixas recebe diferentes quantidades de radiação solar ao longo do ano, o que influencia diretamente a temperatura, a circulação atmosférica e os regimes de chuva. Estas zonas definem padrões climáticos distintos, que, por sua vez, condicionam a formação dos grandes biomas e orientam os principais processos hidrológicos e geomorfológicos. Dessa forma, a posição latitudinal do Brasil é um dos fatores essenciais para entender sua diversidade climática e ambiental.

(José Bueno Conti e Sueli Angelo Furlan, "Geoecologia: o clima, os solos e a biota", em Jurandyr L. Sanches Ross [org.], *Geografia do Brasil*. Adaptado)



(IBGE, *Atlas geográfico escolar*. Disponível em: <https://loja.ibge.gov.br/atlas-geografico-escolar-9-edicao.html>)

A maior parte do território brasileiro situa-se, em sua quase totalidade, no segmento das

- (A) baixas latitudes.
- (B) altas latitudes.
- (C) baixas e altas latitudes.
- (D) médias e altas latitudes.
- (E) médias latitudes.

14. Considere o texto a seguir:

Quando se estuda historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso à terra, verifica-se que, desde os primórdios do período colonial, essa distribuição foi desigual. Dois instrumentos estão na origem de grande parte dos latifúndios do país e são frutos da herança colonial, quando a terra era doada pela Coroa aos membros da corte.

(Ariovaldo Umbelino de Oliveira, "Agricultura brasileira: transformações recentes", em Jurandyr L. Sanches Ross [org.], *Geografia do Brasil*. Adaptado)

Quais são os instrumentos mencionados no texto?

- (A) Lei de Terras de 1850 e Grilagem "legal".
- (B) Técnica da Procuração e Reforma Agrária.
- (C) Terra devoluta/pública e Sistema de meação.
- (D) Estatuto da Terra e Carteira de Colonização.
- (E) Capitâneas hereditárias e seus donatários e Sesmarias.

15. Leia o texto a seguir:

A presença insignificante de escravos legítimos não impediu que os contornos ideológicos da escravidão indígena em São Paulo ganhassem corpo ao longo do século 17. De fato, a introdução de milhares de índios demandou a criação de uma estrutura institucional que ordenasse as relações entre senhores e escravos. Apesar da legislação contrária ao trabalho forçado dos povos nativos, os paulistas conseguiram contornar os obstáculos jurídicos e moldar um arranjo institucional que permitiu a manutenção e a reprodução de relações escravistas.

(John M. Monteiro, *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. Adaptado)

Tal arranjo institucional, segundo a obra referenciada, significou que os

- (A) proprietários de terra e comerciantes que necessitassem de mão de obra indígena aceitariam a intermediação das missões jesuítas para ter acesso ao trabalho dos povos originários.
- (B) grupos paulistas, dependentes da exploração de mão de obra indígena para a produção agroexportadora, estabeleciam acordos pontuais com os governadores da capitania.
- (C) colonos assumiam o papel de administradores particulares dos índios e, com esse artifício, apropriaram-se do direito de exercer pleno controle sobre a pessoa e a propriedade deles.
- (D) poderes locais de São Paulo, a partir da Câmara Municipal, estabeleceram um conjunto de leis que permitia a exploração do trabalho indígena em momentos de grave escassez de mão de obra.
- (E) paulistas aceitariam a utilização de mão de obra indígena servil dos indivíduos catequizados nas missões religiosas a partir da expressa permissão das autoridades coloniais.

16. Leia o texto a seguir:

No dia 7 de maio de 1730, o governador das Minas Gerais, d. Lourenço de Almeida, escreveu ao rei reclamando dos “contínuos delitos” cometidos nas Minas por “bastardos, carijós, mulatos e negros”. Nas palavras de d. Lourenço, não havia tempo em que as estadas não estivessem cheias de negros ladrões e matadores, e é preciso que se castigue com pena de morte executando-se nestas vilas para exemplo dos mais negros porque não havendo castigo podem ir crescendo então grande número que venham a dar o mesmo cuidado que deram os Palmares em Pernambuco, além das muitas mortes que fazem carijós, mulatos e bastardos.

(Carlos Magno Guimarães, “Mineração, quilombos e Palmares”, em João José Reis e Flávio dos Santos Gomes [org.], *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. Adaptado)

Na manifestação do governador das Minas Gerais, é possível constatar a

- (A) condição de um estado constante de rebeldia por parte da população negra e o temor da formação de um grande quilombo.
- (B) desatenção das autoridades coloniais com a rebeldia dos escravizados e o medo da falta de mão de obra compulsória.
- (C) capacidade de negociação dos escravizados rebeldes e a extrema violência das nações indígenas tradicionais.
- (D) escravização trazendo mais riscos do que ganhos para a Coroa, em um período em que os quilombos mineiros haviam crescido bastante.
- (E) produção aurífera das Minas próxima de um colapso e a necessidade da transição do trabalho cativo para o livre.

17. Leia o texto a seguir:

No contexto da Crise do Antigo Regime, se havia barreiras de ordem material à difusão das ideias ilustradas (analfabetismo, marginalização do povo da vida política, deficiência dos meios de comunicação), o maior entrave advinha, no entanto, da própria essência dessas ideias, incompatíveis, sob muitos aspectos, com a realidade brasileira. Na Europa, o liberalismo era uma ideologia burguesa voltada contra as Instituições do Antigo Regime, os excessos do poder real, os privilégios da nobreza, os entraves do feudalismo ao desenvolvimento da economia.

(Emília Viotti da Costa, *Da monarquia à república: momentos decisivos*. Adaptado)

No Brasil, segundo Emília Viotti da Costa,

- (A) os liberais brasileiros, majoritariamente presentes na elite pernambucana, defendiam uma monarquia dual, regulada por uma carta constitucional, e o início do processo de fim do tráfico negreiro, assim como o fim da exploração da mão de obra cativa.
- (B) a elite colonial do Centro-Sul defendia aspectos menos relevantes do Iluminismo, como a liberdade de expressão, ao mesmo tempo que não combatia os pilares essenciais do Antigo Sistema Colonial, como o monopólio comercial.
- (C) os principais difusores das concepções liberais no Brasil estavam vinculados às principais lideranças católicas, que não consideravam legítimas as críticas ao absolutismo monárquico e ao controle de Portugal sobre as instâncias judiciárias coloniais.
- (D) os adeptos das ideias liberais pertenciam às categorias rurais e estavam empenhados em conquistar e garantir a liberdade de comércio e a autonomia administrativa, sem intenção de renunciar ao latifúndio ou à propriedade escrava.
- (E) as ideias do liberalismo político e econômico serviram como mobilizadoras para organização das classes médias urbanas espalhadas pela Colônia, que preconizavam a formação de uma República independente e com a abolição da escravatura.

18. Leia o texto a seguir:

As interpretações sobre a Guerra do Paraguai variaram, e muito. Há quem diga que a origem da guerra estaria condicionada à ambição desmedida de López e a seu caráter autoritário. Há também quem explique o conflito a partir da política imperialista inglesa. Ciosa em manter sua influência financeira no local, a Inglaterra teria se imiscuído na guerra, forjando oposições e selando amizades.

(Lília M. Schwarcz e Heloisa M. Starling, *Brasil, uma biografia*. Adaptado)

Assinale a alternativa que apresenta corretamente, segundo a obra citada, outra interpretação para o conflito bélico.

- (A) Com a volta da ordem democrática brasileira, em 1985, houve uma severa reavaliação do papel do Brasil na Guerra do Paraguai, e verificou-se que as forças políticas do Império apenas reagiram às agressões paraguaias.
- (B) Ao longo do processo de independências na América Ibérica, foram se constituindo repúblicas parlamentares, e esta condição trouxe muito desconforto diplomático com o Brasil, organizado como uma monarquia clássica.
- (C) Uma nova interpretação da Guerra do Paraguai mostra-se mais atenta aos diferentes processos de formação nacional por que passavam os países envolvidos e aos interesses geopolíticos e econômicos da região platina.
- (D) O maior conflito bélico na América do Sul tem decisivo vínculo com o recorrente expansionismo territorial brasileiro e uruguaio, que provocava receios de perdas territoriais por parte da Argentina, da Bolívia e do Paraguai.
- (E) A conquista da liderança regional da América do Sul pelo Paraguai, com o apoio diplomático britânico, trouxe muita insatisfação da Argentina e do Brasil, que disputavam essa posição desde o início do século 19.

19. Leia o texto a seguir:

Os vitoriosos de 1930 formavam um grupo bastante heterogêneo, tanto do ponto de vista social como do ponto de vista político. Se o combate às oligarquias tradicionais era o que se poderia chamar de um objetivo em comum, o mesmo não se pode dizer em relação às expectativas dos diferentes atores envolvidos no movimento. Assim, enquanto os setores oligarcas dissidentes mais tradicionais desejavam um maior atendimento à sua área e maior soma de poder, com um mínimo de transformações, os quadros civis mais jovens almejavam a reforma do sistema político, os tenentes defendiam a centralização do poder e a introdução de reformas sociais, e os setores vinculados ao Partido Democrático tinham como meta o controle do governo paulista, além da efetiva adoção de princípios liberais.

(Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto, "A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930", em Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado [orgs.], *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo oligárquico* – vol. 1: da Proclamação da República à Revolução de 1930)

O quadro apresentado no excerto, sobre os vitoriosos da Revolução de 1930, explica a constituição de uma forma política entendida como

- (A) a premência de uma organização estatal atenta aos interesses mais imediatos das oligarquias oposicionistas na Primeira República, mas que tem como tarefa primordial unificar os projetos das classes médias.
- (B) a incapacidade de alguma classe ou fração de classe ascender em caráter exclusivo ao Estado, e, dessa forma, este se abre a todas as pressões sem se subordinar necessariamente a nenhuma delas.
- (C) uma estrutura legal com condições de elaborar um amplo projeto de reformas políticas, econômicas e sociais com o objetivo de industrializar o país, combatendo as desigualdades regionais.
- (D) a constituição de um aparato estatal interessado em amalgamar as pretensões das classes derrotadas com a ruptura institucional e os projetos políticos das classes médias e do operariado industrial.
- (E) a necessidade do Estado em combater todos os vícios políticos que atentassem contra a ordem republicana, como a oferta descontrolada de subsídios para produção e exportação do café.

20. Leia o texto a seguir:

A Assembleia Constituinte instalou-se em 1º de fevereiro de 1987, e a Constituição foi promulgada no ano seguinte, em 5 de outubro de 1988. O novo texto constitucional tinha a missão de encerrar a ditadura. É a mais extensa Constituição brasileira — tem 250 artigos principais, mais 98 artigos das disposições transitórias — e está em vigor até hoje.

(Lília M. Schwarcz e Heloisa M. Starling, *Brasil: uma biografia*. Adaptado)

Para Schwarcz e Starling, a Constituição de 1988 é

- (A) empenhada na resolução dos conflitos sociais por meio da construção de uma justiça mais ágil, combinada com ganhos trabalhistas fundamentais, como a criação do salário mínimo e a reinterpretação da CLT e das atribuições do Ministério do Trabalho.
- (B) paradoxal em muitos dos seus preceitos centrais econômicos, caso do controle rígido estabelecido sobre o sistema financeiro e, ao mesmo tempo, constituiu um Banco Central autônomo, responsável apenas perante ao Congresso Nacional.
- (C) inovadora em relação à organização político-administrativa, porque diminuiu as atribuições federais e municipais, concentrando-as nos estados federativos, que se tornaram responsáveis pelas políticas fiscal, de educação e de saúde.
- (D) moderna nos direitos, sensível às minorias políticas, avançada nas questões ambientais e empenhada em prever meios e instrumentos constitucionais legais para a participação popular e direta, além de determinada a limitar o poder do Estado sobre o cidadão.
- (E) conservadora em relação aos direitos políticos, porque ampliou timidamente o universo de eleitores, mas progressista em termos econômicos e sociais, porque consolidou preceitos de defesa de uma reforma agrária profunda e complexa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Com base no art. 37 da Constituição Federal de 1988, analise a seguinte situação hipotética:

Um prefeito municipal determinou a divulgação, em site oficial da prefeitura, de campanhas institucionais contendo seu nome, imagem e slogan pessoal, com o argumento de dar maior transparência às ações do governo. Além disso, nomeou para cargo em comissão um parente próximo, alegando tratar-se de função de confiança. Por fim, deixou de publicar determinados atos administrativos sob a justificativa de que seriam de interesse interno da gestão.

Considerando os princípios da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o princípio da publicidade foi violado, pois a divulgação de atos administrativos deve sempre ocorrer, independentemente de seu conteúdo.
- (B) Foram violados os princípios da impessoalidade e da moralidade, mas não o da publicidade, pois houve divulgação das ações governamentais.
- (C) Não há violação de princípios, pois o gestor possui discricionariedade para definir a forma de divulgação dos atos e escolher ocupantes de cargos em comissão.
- (D) Houve violação apenas do princípio da legalidade, uma vez que os demais princípios possuem natureza meramente programática.
- (E) Foram violados os princípios da impessoalidade, da moralidade e da publicidade, sendo a promoção pessoal vedada, o nepotismo incompatível com a moralidade administrativa e a omissão de atos, ofensiva à publicidade.

22. O planejamento estratégico possui como uma de suas características:

- (A) sujeito à incerteza e imprevisibilidade a respeito dos eventos ambientais.
- (B) se preocupa basicamente com “o que fazer” e com “como fazer” no nível em que as tarefas são executadas.
- (C) ser decidido e desenvolvido nos escalões médios da empresa, isto é, no nível intermediário ou gerencial.
- (D) ser dimensionado no médio prazo, quase sempre anual.
- (E) as decisões envolvidas abrangem partes da empresa, isto é, a sua amplitude é departamental.

23. De acordo com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) sobre as regras de boas práticas e de governança, assinale a alternativa correta.

- (A) O programa de governança em privacidade deve ser aplicado restritivamente aos dados pessoais sensíveis coletados após a vigência da LGPD, excluindo-se o acervo de dados anteriormente constituído.
- (B) O programa de governança em privacidade implementado pelo controlador deve, no mínimo, estar integrado à sua estrutura geral de governança, contar com planos de resposta a incidentes e ser atualizado constantemente com base em avaliações periódicas.
- (C) A formulação de regras de boas práticas e de governança é uma competência exclusiva da autoridade nacional, sendo vedado aos controladores e operadores estabelecerem procedimentos próprios de supervisão interna.
- (D) Ao estabelecer regras de boas práticas, o controlador e o operador devem considerar exclusivamente a finalidade do tratamento, sendo desnecessário avaliar a probabilidade ou a gravidade dos riscos para o titular.
- (E) As regras de boas práticas e de governança, devido ao seu caráter estratégico e de segurança, devem ser mantidas sob sigilo comercial, sendo proibida a sua publicação ou divulgação pela autoridade nacional.

24. De acordo com a Lei Federal nº 11.079, de 30.12.2004, em relação à celebração de contrato de parceria público-privada, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedada a celebração de contrato que estabeleça uma concessão patrocinada, em que ocorra contraprestação pecuniária do parceiro público, adicional à tarifa cobrada dos usuários.
- (B) É vedada a celebração de contrato que tenha como objeto único o fornecimento de mão de obra, o fornecimento e a instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.
- (C) É vedada a celebração de contrato que preveja um período de prestação de serviço de 15 (quinze) anos, incluída eventual prorrogação.
- (D) É vedada a celebração de contrato que envolva a prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra.
- (E) É vedada a celebração de contrato cujo valor seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

25. De acordo com a metodologia e os conceitos fundamentais de controle interno estabelecidos pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), assinale a alternativa correta.
- (A) O controle interno constitui um fim em si mesmo, representando o objetivo máximo a ser atingido pela infraestrutura de uma entidade.
 - (B) O sistema de controle interno deve ser implantado para fornecer segurança absoluta à administração quanto à obediência às leis e aos regulamentos.
 - (C) O controle interno é um processo operado por pessoas em todos os níveis da organização, destinado a fornecer segurança razoável para a consecução de objetivos.
 - (D) A responsabilidade pela operação dos controles internos é restrita ao conselho de administração e aos gestores de alto nível, não envolvendo os demais membros do quadro de pessoal.
 - (E) Por se tratar de um sistema técnico, o controle interno é composto meramente por manuais de políticas e formulários, operando de forma independente da interação humana.
26. De acordo com as disposições da NBC TG Estrutura Conceitual, sobre a seleção e as características da unidade de conta, assinale a alternativa correta.
- (A) Uma unidade de conta selecionada para o reconhecimento de um ativo deve, em todas as circunstâncias, ser a mesma utilizada para a sua mensuração, sob pena de comprometer a relevância da informação financeira.
 - (B) A unidade de conta é definida exclusivamente como um direito ou obrigação individual, sendo vedado o agrupamento de direitos e obrigações interdependentes para fins de reconhecimento ou mensuração.
 - (C) Caso uma entidade transfira parte de um ativo ou parte de um passivo, a unidade de conta deve permanecer inalterada, tratando-se o componente mantido e o transferido sob a mesma unidade original.
 - (D) A seleção da unidade de conta deve buscar o fornecimento de informações relevantes e fidedignas, considerando-se a restrição de custo, visto que os custos de reconhecimento e mensuração geralmente aumentam à medida que o tamanho da unidade de conta diminui.
 - (E) O tratamento de um conjunto de direitos e obrigações como uma única unidade de conta é conceitualmente idêntico ao procedimento de compensação de ativos e passivos no balanço patrimonial.
27. Sobre orçamento-programa, é correto afirmar:
- (A) a alocação de recursos visa à consecução de objetivos e metas.
 - (B) na elaboração do orçamento são consideradas as necessidades financeiras das unidades organizacionais.
 - (C) a estrutura do orçamento dá ênfase aos aspectos contábeis de gestão.
 - (D) as decisões orçamentárias são tomadas tendo em vista as necessidades das unidades organizacionais.
 - (E) o controle visa avaliar a honestidade dos agentes governamentais e a legalidade no cumprimento do orçamento.
28. No que tange aos instrumentos de transparência e à prestação de contas previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta.
- (A) O lançamento e o recebimento de receitas extraordinárias não precisam ser disponibilizados em tempo real, devendo constar apenas no balanço anual consolidado da União.
 - (B) A transparência da gestão fiscal é assegurada exclusivamente mediante a publicação oficial dos planos e orçamentos, sendo a realização de audiências públicas uma faculdade do gestor durante a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (C) Para fins de transparência da despesa pública, os entes devem disponibilizar informações sobre o valor total mensal pago por unidade gestora, sendo dispensável a especificação do beneficiário do pagamento para garantir a proteção de dados.
 - (D) As autarquias, fundações e empresas estatais dependentes têm autonomia para manter sistemas de execução orçamentária e financeira próprios e independentes daqueles gerenciados pelo Poder Executivo.
 - (E) As contas apresentadas pelo chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições.

29. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO) será integrado pelo Anexo de Metas Fiscais.

Sobre a composição e os requisitos desse anexo, assinale a alternativa correta.

- (A) O Anexo de Metas Fiscais deve estabelecer metas anuais relativas a receitas e despesas exclusivamente para o exercício financeiro a que se referir o projeto de lei, visando o equilíbrio orçamentário imediato.
- (B) O demonstrativo das metas anuais deve ser instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados, comparando-as com as metas fixadas nos dez exercícios anteriores para evidenciar a consistência macroeconômica.
- (C) O Anexo de Metas Fiscais estabelecerá metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- (D) A demonstração da evolução do patrimônio líquido, integrante do anexo, deve destacar a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos referentes aos últimos cinco exercícios financeiros.
- (E) Compete ao Anexo de Metas Fiscais a avaliação dos passivos contingentes e de outros riscos capazes de afetar as contas públicas, detalhando as providências a serem tomadas caso tais riscos se concretizem.

30. Com base nas competências constitucionais atribuídas ao Tribunal de Contas da União no exercício do controle externo federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete ao Tribunal de Contas da União fiscalizar a aplicação de recursos federais transferidos a outros entes por convênio ou instrumentos congêneres, bem como realizar auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
- (B) O Tribunal de Contas da União exerce controle externo próprio e originário, substituindo o Congresso Nacional no julgamento político das contas do Presidente da República e na apreciação definitiva da execução orçamentária anual.
- (C) A sustação de contratos administrativos reputados irregulares será determinada diretamente pelo Tribunal de Contas da União, independentemente de manifestação prévia do Congresso Nacional ou de prazo para saneamento.
- (D) A apreciação dos atos de admissão de pessoal e das concessões de aposentadorias, reformas e pensões possui natureza meramente consultiva, sendo vedado ao Tribunal de Contas emitir determinações ou negar registro.
- (E) As sanções aplicadas pelo Tribunal de Contas da União restringem-se à expedição de recomendações administrativas, sendo inconstitucional a imposição de multa proporcional ao dano causado ao erário.

31. No que se refere aos procedimentos contábeis orçamentários para o registro da previsão da receita orçamentária no momento da aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), assinale a alternativa que apresenta o lançamento correto.
- (A) Natureza da informação: orçamentária
Débito: 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
Crédito: 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada
 - (B) Natureza da informação: orçamentária e patrimonial
Débito: 5.2.1.1.x.xx.xx Previsão Inicial da Receita
Crédito: 4.1.1.1.x.xx.xx Variação Patrimonial Aumentativa (VPA)
 - (C) Natureza da informação: orçamentária
Débito: 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
Crédito: 5.2.1.1.x.xx.xx Previsão Inicial da Receita
 - (D) Natureza da informação: patrimonial
Débito: 1.1.2.1.x.xx.xx Créditos Tributários a Receber (P)
Crédito: 4.1.x.x.x.xx.xx Variação Patrimonial Aumentativa (VPA)
 - (E) Natureza da informação: orçamentária
Débito: 5.2.1.1.x.xx.xx Previsão Inicial da Receita
Crédito: 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
32. No que concerne ao reconhecimento, mensuração e registro contábil de bens móveis no Ativo Imobilizado das entidades do setor público, assinale a alternativa correta.
- (A) Gastos com manutenção periódica, como mão de obra e materiais consumíveis para manter um equipamento em operação, devem ser incorporados ao valor contábil do bem móvel para refletir o potencial de serviço atualizado.
 - (B) O reconhecimento da depreciação de um item do ativo imobilizado deve ser realizado mensalmente a partir do momento em que o bem estiver em condições de uso, independentemente de o ativo ter sido adquirido à vista ou de forma financiada.
 - (C) A entidade que optar pelo modelo de reavaliação para um item específico de sua frota de veículos pode aplicá-lo isoladamente a esse bem, sem a obrigatoriedade de estender o procedimento aos demais ativos da mesma classe.
 - (D) Itens como peças de reposição e equipamentos sobressalentes devem ser classificados obrigatoriamente como estoques de almoxarifado, sendo vedado o seu registro como ativo imobilizado mesmo que sua utilização se dê por mais de um período.
 - (E) Os bens móveis recebidos gratuitamente, como em doações, devem ser registrados inicialmente por um valor simbólico para fins de controle, sendo a atribuição de valor justo permitida apenas no momento da primeira reavaliação periódica.
33. No que se refere às normas e conceitos de descentralização de créditos orçamentários no setor público, assinale a alternativa correta.
- (A) O repasse de recursos financeiros sob a forma de duodécimos para o Poder Legislativo Municipal é classificado como uma descentralização orçamentária externa do tipo destaque.
 - (B) No âmbito da União, a descentralização externa de crédito entre órgãos para a execução de programas de governo deve ser formalizada exclusivamente por convênio, sendo vedado o uso do Termo de Execução Descentralizada (TED).
 - (C) Na descentralização de créditos, a unidade executora possui autonomia para alterar a classificação funcional e a estrutura programática original, visando adaptar o recurso aos seus próprios objetivos administrativos.
 - (D) A descentralização interna de créditos, também denominada provisão, ocorre quando a movimentação de parte do orçamento envolve unidades gestoras de um mesmo órgão, mantendo-se as classificações institucional, funcional, programática e econômica.
 - (E) A descentralização de crédito assemelha-se aos créditos adicionais por permitir a modificação do valor da programação orçamentária e o reforço de dotações insuficientes no ente.

34. No que concerne ao inventário patrimonial no setor público, assinale a alternativa correta.
- (A) O inventário eventual somente pode ser realizado ao final do exercício financeiro e depende de autorização legislativa prévia.
 - (B) O inventário inicial é realizado quando da criação de uma unidade administrativa, com a finalidade de identificar e registrar os bens sob sua responsabilidade.
 - (C) O inventário de transferência de responsabilidade ocorre exclusivamente quando houver alienação de bens móveis considerados inservíveis.
 - (D) O levantamento dos bens móveis deve ser realizado por comissão composta por, no máximo, dois membros, independentemente de conhecimento técnico.
 - (E) O inventário anual é realizado no início de cada exercício financeiro e tem como objetivo principal projetar as aquisições futuras de bens patrimoniais.
35. De acordo com as disposições da NBC TSP 07 sobre o valor depreciável e o período de depreciação do ativo imobilizado, assinale a alternativa correta.
- (A) A realização de reparos e manutenções constantes e rigorosas em um ativo afasta a necessidade de reconhecimento da depreciação durante o período em que tais serviços forem executados.
 - (B) A depreciação de um ativo deve cessar obrigatoriamente quando o item se torna ocioso ou é retirado de uso temporário, ainda que o bem não esteja totalmente depreciado.
 - (C) O método de depreciação baseado na receita gerada pela atividade que utiliza o ativo não é apropriado, pois a receita reflete fatores que não possuem influência sobre a maneira como o ativo é consumido.
 - (D) O valor depreciável de um item do imobilizado é definido como o custo do ativo, acrescido do seu valor residual estimado para o final da vida útil.
 - (E) Terrenos e edificações, quando adquiridos conjuntamente, devem ser tratados como ativos inseparáveis e depreciados de forma unificada para simplificar o controle contábil.
36. Considerando as normas relativas aos prazos para encaminhamento e julgamento das contas no âmbito do Tribunal de Contas da União (TCU), assinale a alternativa correta.
- (A) O julgamento das contas dos dirigentes e responsáveis pelo TCU deve ocorrer, em regra, até o término do exercício seguinte àquele em que as contas forem apresentadas, podendo esse prazo ser suspenso em hipóteses específicas.
 - (B) As contas relativas a fundos especiais de natureza contábil ou financeira são encaminhadas separadamente ao TCU, sem vínculo com o órgão ou entidade ao qual pertencem.
 - (C) Os processos de contas ordinárias devem ser encaminhados ao TCU no mesmo exercício financeiro em que se encerra a gestão do responsável.
 - (D) O parecer prévio sobre as contas anuais do Presidente da República deve ser emitido pelo TCU até o final do exercício financeiro subsequente ao da apresentação das contas.
 - (E) A tramitação de processo de denúncia ou auditoria no TCU não interfere no prazo de julgamento das contas ordinárias já apresentadas.
37. No que concerne às exigências de divulgação em notas explicativas sobre a estrutura e os fundamentos do orçamento aprovado, assinale a alternativa correta de acordo com a NBC TSP 13 (R1).
- (A) É vedada a inclusão de informações sobre o período abrangido pelo orçamento nas notas explicativas, devendo tal dado constar apenas no cabeçalho da demonstração das informações orçamentárias adicionais.
 - (B) A divulgação do regime orçamentário nas notas explicativas é considerada facultativa quando a entidade utiliza o regime de competência tanto para o orçamento quanto para as demonstrações contábeis.
 - (C) A entidade deve divulgar o regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado, de modo a auxiliar os usuários a entenderem a relação entre a informação orçamentária e a informação contábil.
 - (D) As notas explicativas devem apresentar detalhadamente a execução financeira, sendo dispensável a menção ao critério de classificação adotado no orçamento, uma vez que este já consta na lei orçamentária.
 - (E) A identificação das entidades abrangidas pelo orçamento aprovado deve ser feita exclusivamente no Relatório de Gestão, não sendo um requisito de divulgação para as notas explicativas às demonstrações contábeis.

38. No que se refere à apresentação da comparação entre os valores orçados e os realizados, conforme as exigências da NBC TSP 13 (R1), assinale a alternativa correta.

- (A) A comparação entre os valores orçados e os realizados deve ser apresentada em demonstração contábil adicional quando as demonstrações e o orçamento são elaborados em base comparável.
- (B) O nível de detalhamento das informações na comparação orçamentária deve observar o registro analítico das contas, ficando vedada a agregação de rubricas orçamentárias para fins de apresentação nas demonstrações contábeis.
- (C) No caso de orçamentos plurianuais, o orçamento original e o final, aprovado para o mandato, podem ser consolidados em um valor único, sem a necessidade de identificação para cada período anual isolado.
- (D) A divulgação das razões para as diferenças materiais entre os valores realizados e os orçados fica a critério da entidade, ficando dispensada nos casos de plena conformidade com o orçamento final aprovado.
- (E) A comparação dos valores realizados com os orçados deve apresentar separadamente, para cada nível de supervisão, os valores referentes aos orçamentos original e final, os valores realizados em base comparável e a explicação das diferenças materiais.

Considere o exemplo a seguir para responder às questões **39 e 40**:

Um ente comprou um título de dívida pública em outubro de X1 por R\$ 1.000 e, até a data do balanço, recebeu R\$ 60 de rendimentos pela aplicação. Na data de fechamento do balanço, o ativo possuía um valor de R\$ 1.150. O título possui risco baixo. Modelo de negócios no qual há finalidade de receber os fluxos de caixa tanto quanto liquidá-lo a qualquer momento para suprir o pagamento de obrigações.

(MPCASP, 2024).

39. Diante do cenário apresentado, assinale a alternativa correta.

- (A) O montante total da valorização (R\$ 150) deve ser creditado diretamente em conta de Reserva de Capital no Patrimônio Líquido, sem qualquer impacto na execução orçamentária.
- (B) O ativo deve ser mensurado pelo custo amortizado, pois o objetivo principal é a manutenção do título em carteira para recebimento dos juros contratuais até o vencimento.
- (C) A diferença de R\$ 90 (valor justo menos custo e rendimentos) deve ser registrada como uma perda por desvalorização no resultado, uma vez que o valor de mercado superou o valor contábil.
- (D) A valorização excedente aos rendimentos contratuais não pode ser reconhecida contabilmente até que o título seja efetivamente alienado a terceiros.
- (E) Por possuir risco baixo e liquidez imediata para pagamento de obrigações, o título é classificável como Equivalente de Caixa e deve ser mensurado ao valor justo.

40. Considerando o exemplo, assinale a alternativa que apresenta o lançamento correto para o ajuste a valor justo em 31/12/X1.

- (A) Natureza Patrimonial:
D 1.1.1.1.1.50.xx Aplicações Financeiras (F) no valor de R\$ 150
C 2.3.4.1.x.xx.xx Ajuste de Avaliação Patrimonial (P) no valor de R\$ 150
- (B) Natureza Orçamentária:
D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a realizar no valor de R\$ 1.150.
C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita realizada no valor de R\$ 1.150.
- (C) Natureza de Controle:
D 7.2.1.1.x.xx.xx Controle da disponibilidade no valor de R\$ 150.
C 8.2.1.1.1.xx.xx DDR no valor de R\$ 150.
- (D) Natureza Patrimonial:
D 1.1.1.1.1.50.xx Aplicações Financeiras (F) no valor de R\$ 90.
C 4.4.5.2.x.xx.xx Remuneração de Aplicações Financeiras no valor de R\$ 90.
- (E) Natureza Patrimonial:
D 3.6.1.7.1.xx.xx VPD com ajuste de perdas no valor de R\$ 60.
C 1.1.1.1.1.50.xx Aplicações Financeiras no valor de R\$ 60.

41. No que concerne à divulgação de transações com partes relacionadas no âmbito do setor público, assinale a alternativa correta.

- (A) É vedado que entidades do setor público realizem transações entre si por valor inferior à recuperação total do custo ou de forma gratuita, para não comprometer a fidedignidade do patrimônio.
- (B) A exigência de divulgações sobre transações com partes relacionadas no setor público ocorre apenas quando essas transações se dão de maneira diferente dos parâmetros operacionais estabelecidos, como em transações vantajosas.
- (C) A divulgação de informações sobre toda e qualquer transação entre entidades do setor público é obrigatória, independentemente de os termos serem consistentes com os relacionamentos operacionais normais.
- (D) Transações realizadas entre entidades sujeitas ao controle comum exigem divulgação imediata em notas explicativas, mesmo que as condições da operação sejam as mesmas praticadas com terceiros.
- (E) A transferência de bens e serviços entre agências governamentais deve ser sempre divulgadas se o valor for menor do que o custo, pois tal prática é inconsistente com o alcance dos objetivos da entidade que reporta.

42. No âmbito da auditoria, diferentes tipos de prova contribuem para o convencimento técnico do auditor e para a fundamentação de suas conclusões.

Considerando os conceitos de prova positiva, negativa, primária, confirmativa e contraditória, assinale a alternativa correta.

- (A) A prova primária corresponde à evidência em que o auditor deposita confiança inicial, normalmente constatada por ele próprio, servindo de base para conclusões preliminares.
- (B) A prova positiva é menos confiável do que a prova negativa, pois depende de observações diretas do auditor.
- (C) A prova contraditória é aquela utilizada para reforçar a consistência da evidência primária, sem apresentar divergência quanto aos fatos analisados.
- (D) A prova confirmativa é aquela que rejeita a evidência inicialmente obtida e substitui integralmente a prova primária.
- (E) A prova negativa consiste na evidência encontrada diretamente pelo auditor que confirma, de forma imediata, a proposição analisada.

43. De acordo com as normas de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estabelecidas na NBC TG 03 (R3), assinale a alternativa correta.

- (A) As antecipações de caixa e os empréstimos feitos por instituições financeiras devem ser classificados como atividades de financiamento, uma vez que se referem a mudanças no capital de terceiros da entidade.
- (B) O recebimento de caixa resultante da venda de um item do ativo imobilizado deve ser classificado como atividade operacional, pois o ganho ou perda dessa transação integra a apuração do lucro líquido do período.
- (C) Uma única transação pode incluir fluxos de caixa classificados em mais de uma atividade; por exemplo, no pagamento de um empréstimo, a parcela dos juros pode ser classificada como atividade operacional e a do principal como financiamento.
- (D) Todo e qualquer desembolso de caixa para a aquisição de recursos deve ser classificado como atividade de investimento, independentemente de o item resultar ou não em um ativo reconhecido nas demonstrações contábeis.
- (E) A classificação dos fluxos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento é recomendada, mas a entidade pode optar por uma apresentação simplificada apenas com o fluxo líquido total, desde que justificado em nota explicativa.

44. A NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro prevê que a entidade pode, em determinadas circunstâncias, optar pelo método de custo ou pelo método de reavaliação para a sua política contábil. No que diz respeito à mensuração de ativos intangíveis após o reconhecimento inicial, de acordo com as disposições da NBC TG 04 (R4), assinale a alternativa correta.

- (A) Quando o valor contábil de um ativo intangível aumenta em virtude de uma reavaliação, esse aumento deve ser creditado obrigatoriamente na demonstração do resultado do período como uma receita de variação patrimonial.
- (B) O método de reavaliação permite que ativos intangíveis que não tenham sido previamente reconhecidos como ativos sejam incorporados ao balanço patrimonial diretamente pelo seu valor justo.
- (C) Para fins de aplicação do método de reavaliação, o valor justo de ativos como marcas, títulos de publicações e patentes pode ser estimado por modelos matemáticos, sendo dispensável a existência de um mercado ativo devido à natureza única desses bens.
- (D) Caso uma entidade opte pelo método de reavaliação para contabilizar um ativo intangível, todos os demais ativos da sua classe devem ser registrados utilizando o mesmo método, exceto quando não existir mercado ativo para tais itens.
- (E) No método de custo, após o reconhecimento inicial, o ativo intangível deve ser apresentado pelo seu valor de aquisição, sendo vedada a dedução de qualquer amortização acumulada ou perda por desvalorização para fins de balanço patrimonial.

45. O *Balanced Scorecard* é construído com medidas de desempenho que são ligadas entre si por critérios de causa e efeito.

Assinale a alternativa que mostra qual é a ordem de causalidade entre as dimensões.

- (A) Aprendizagem e crescimento – Processos Internos – Clientes – Financeiro
- (B) Financeiro – Clientes – Processos Internos – Aprendizagem e Crescimento
- (C) Financeiro – Processos Internos - Clientes – Aprendizagem e Crescimento
- (D) Aprendizagem e crescimento – Clientes – Processos Internos – Financeiro
- (E) Financeiro – Aprendizagem e Crescimento – Clientes – Processos Internos

Considere as informações a seguir, de uma empresa industrial, para responder às questões de **46** a **48**:

Saldo inicial da conta estoques de Matérias-primas: R\$ 33.000

Valor debitado na conta estoques de Matérias-primas no período: R\$ 462.000

Saldo Final da conta estoques de Matérias-primas: R\$ 66.000

Saldo inicial da conta estoques de produtos em elaboração: R\$ 77.000

Valor debitado na conta estoques de produtos em elaboração referentes a mão de obra direta: R\$ 121.000

Valor debitado na conta estoques de produtos em elaboração referentes a custos indiretos de fabricação: R\$ 440.000

Saldo da conta Estoques de Produtos em Elaboração no período: R\$ 47.000

Saldo inicial da conta Estoques de Produtos Acabados: R\$ 44.000

Saldo final da conta Estoques de Produtos Acabados: R\$ 143.000

Valor debitado na conta Custos Indiretos de Fabricação: R\$ 423.500

Valor debitado na conta de Mão de Obra Direta: R\$ 121.000

46. O valor, em reais, dos produtos acabados no período é de:

- (A) 591.000
- (B) 991.000
- (C) 391.000
- (D) 1.091.000
- (E) 891.000

47. O valor dos custos primários é de:

- (A) 583.000
- (B) 550.000
- (C) 561.000
- (D) 429.000
- (E) 990.000

48. O saldo da conta Custos Indiretos de Fabricação pode ser encerrado com a conta custo dos produtos vendidos. É o caso dessa empresa.

Considerando isso, o saldo da conta custo dos produtos vendidos é de:

- (A) 423.500
- (B) 440.000
- (C) 745.500
- (D) 143.000
- (E) 712.500

Utilize os dados a seguir, do Balanço Patrimonial nos anos 2024 e 2025, para responder às questões 49 e 50:

Ativo	2024	2025
Ativo Circulante		
Caixa	94	108
Contas a receber	175	198
Estoque	403	432
Total	672	738
Ativo Não Circulante		
Ativo Imobilizado (líquido)	2.741	2.890
Ativo Total	3.413	3.628
Passivo e Patrimônio Líquido		
Passivo Circulante		
Fornecedores	322	354
Dívidas de Curto Prazo	241	206
Total	563	560
Passivo Não Circulante		
Dívidas de Longo Prazo	541	467
Patrimônio Líquido	2.309	2.601
Capital Social e ágio recebido na emissão de ações	500	550
Reserva de Lucros	1.809	2.051
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	3.423	3.638

49. Considerando os índices de liquidez imediata, liquidez seca e liquidez corrente, assinale a alternativa correta acerca da comparação entre o ano de 2024 e o ano de 2025.

- (A) A liquidez imediata apresentou melhora, porém os demais indicadores evidenciaram deterioração da capacidade de pagamento de curto prazo.
- (B) Houve piora simultânea da capacidade de pagamento no curto prazo, indicando redução da solvência financeira em todos os indicadores analisados.
- (C) O aumento da liquidez seca indica necessariamente excesso de endividamento e piora do capital circulante líquido.
- (D) Verificou-se melhora conjunta dos três indicadores de liquidez, sugerindo fortalecimento da capacidade de honrar obrigações de curto prazo no segundo exercício.
- (E) A liquidez corrente melhorou, enquanto a liquidez imediata e a liquidez seca permaneceram inalteradas entre os períodos.

50. A partir dos indicadores financeiros da empresa nos dois exercícios consecutivos, mais especificamente o índice de imobilização de recursos permanentes e o índice de dependência financeira, assinale a alternativa correta.

- (A) A redução da imobilização de recursos permanentes indica piora da estrutura financeira, pois demonstra menor aplicação de recursos de longo prazo em ativos permanentes.
- (B) A queda da dependência financeira evidencia aumento do endividamento de curto prazo, ainda que a imobilização tenha diminuído.
- (C) Houve melhora na estrutura financeira da empresa, com menor comprometimento dos recursos permanentes em ativos fixos e menor dependência de capital de terceiros.
- (D) Os indicadores demonstram que a empresa manteve inalterada sua estrutura patrimonial, sem mudanças relevantes entre os exercícios.
- (E) A empresa passou a comprometer parcela maior dos recursos permanentes no ativo imobilizado e elevou sua dependência de capital de terceiros.

